

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
ESCOLA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES E HUMANIDADES
CURSO DE PEDAGOGIA

A FORMAÇÃO DO PEDAGOGO (A) E O ENSINO DE ARTES

HERICK GONTIJO DE MELO

GOIÂNIA
2022

HERICK GONTIJO DE MELO

A FORMAÇÃO DO PEDAGOGO (A) E O ENSINO DE ARTES

Monografia elaborada para fins de avaliação parcial de Trabalho de Conclusão de Curso, do Curso de Pedagogia, na Escola de Formação de Professores e Humanidades, da Pontifícia Universidade Católica de Goiás.

Prof. Orientador: Ms. Mardônio Pereira da Silva.

GOIÂNIA
2022

HERICK GONTIJO DE MELO

A FORMAÇÃO DO PEDAGOGO (A) E O ENSINO DE ARTES

Apresentação de TCC, na modalidade de Monografia, no Curso de Pedagogia, da Escola de Formação de Professores e Humanidades da Pontifícia Universidade Católica de Goiás

BANCA EXAMINADORA

AVALIAÇÃO

Orientador: Prof. Ms. Mardônio Pereira da Silva.

NOTA

Conteúdo: (até 7,0)

Apresentação oral: (até 3,0)

Examinador: Prof. Dr. Rodrigo Fidelis Fernandes Mohn

NOTA

Conteúdo: (até 7,0)

Apresentação oral: (até 3,0)

Examinador: Prof. Ms. Amarildo Fernandes Pessoa

NOTA

Conteúdo: (até 7,0)

Apresentação oral: (até 3,0)

GOIÂNIA, ____/____/2022

Dedico a todos meus colegas Pedagogos.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus por estar sempre guiando meus passos e meu caminho, por ter estado comigo durante toda a minha vida e por ter me consolado nos momentos mais difíceis.

À minha família, que esteve comigo em todos os momentos, me proporcionando momentos inesquecíveis, que levarei comigo para sempre em minhas lembranças.

Às minhas colegas e amigas da faculdade, Gabriela, Vitória, Marlene, Miria, Andresa, Amanda e Lessandra, que fizeram parte da minha vida nos últimos quatro anos, tornando essa caminhada mais leve e divertida. Vocês são incríveis e me inspiram a ser um homem melhor!

Aos meus pastores Júnior e Leah e à minha igreja ministério Geração Bethel, onde surgiu minha motivação para atuar e aprofundar meus conhecimentos na educação.

À equipe docente do curso de pedagogia da Escola de Formação de Professores e Humanidades, em especial à professora Dra. Clélia Craveiro, que me apoiou e incentivou a continuar, desde o primeiro período, nos momentos em que quis desistir. À professora Dra. Eliane Silva que me incentivou e me ouviu nos momentos que mais precisei. À professora Dra. Adriane Camilo, que me apresentou a arte na docência e me inspirou a escrever este trabalho. Ao professor Dr. Renato Almeida, que me ouviu, apoiou e tornou mais leve a reta final do curso e me inspira a ser um professor melhor, obrigado, nunca esquecerei disso.

Ao meu orientador Professor Ms. Mardônio Silva, pelo seu empenho e dedicação em suas correções, sempre me ensinando o caminho certo para a conclusão deste trabalho. Aos meus leitores Dr. Rodrigo Fidelis e Ms. Amarildo, pessoas que cederam um pouco do seu tempo para participar da minha banca de defesa da monografia.

A todos os meus amigos e todos aqueles que contribuíram de maneira indireta ou direta no decorrer desses anos do curso de Pedagogia. Deixo a vocês meus mais sinceros agradecimentos.

*A pessoa que tem o hábito da arte, que se
entrosa bem com a arte e é contaminada
por ela não se sente isolada em lugar
nenhum do mundo.*

Ana Mae Barbosa

A formação do pedagogo (a) e o ensino de Artes

Herick Gontijo De Melo

Resumo: O objetivo geral desse estudo é compreender a relação da formação do pedagogo (a) e o ensino de artes na Educação Infantil. O trabalho do pedagogo com a disciplina de Artes na escola apresenta uma série de inquietações. Uma delas se refere à formação inicial em Pedagogia, compreender o currículo das universidades para a formação do professor para o ensino das artes para a formação humana. O mundo globalizado requer a formação de cidadãos autônomos e críticos que saibam atuar frente às mais diversas situações. Sendo assim, o ensino da arte contribuirá muito na formação deste cidadão, pois a arte tem o poder de sensibilizar o homem, fazendo com que ele perceba a subjetividade como algo belo e comum ao ser humano. O presente estudo foi realizado por meio de pesquisas bibliográficas, realizadas em livros, revistas, artigos online, entre outros. O ensino de arte apresenta grande contribuição na formação dos alunos da Educação Infantil e está estreitamente relacionado com a formação dos professores, aos planejamentos, às metodologias, às escolhas dos materiais didáticos, às avaliações e com a relação dos alunos com a escola para com essa área do conhecimento.

Palavras-chave: Artes; Aluno; Educação Infantil; Formação; Pedagogo.

The Education of the Pedagogue (a) and the Teaching of Arts

Herick Gontijo De Melo

Abstract: The general objective of this study is to understand the relationship between the formation of the pedagogue (a) and the teaching of arts in Early Childhood Education. The pedagogue's work with the discipline of Arts at school presents a series of concerns. One of them refers to the initial formation in Pedagogy, understanding the curriculum of the universities for the formation of the teacher for the teaching of the arts for the human formation. The globalized world requires the formation of autonomous and critical citizens who know how to act in the most diverse situations. something beautiful and common to human beings. The present study was carried out through bibliographic research, carried out in books, magazines, online articles, among others. The teaching of art makes a great contribution to the training of early childhood education students and is closely related to the training of teachers, planning, methodologies, choices of teaching materials, assessments and the relationship of students with the school towards this knowledge area.

Keywords: Art; Student; Child education; Training; Pedagogue.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	09
CAPÍTULO I - A HISTÓRIA DO ENSINO DE ARTES NO BRASIL.....	11
1.1 O ensino de arte no Brasil.....	11
CAPÍTULO II - A FORMAÇÃO DO PROFESSOR COM O ENSINO DE ARTE.....	19
2.1 Políticas Públicas e contexto histórico da formação do professor no ensino de arte.....	19
2.2 A formação do professor em arte no Brasil.....	23
2.3 A Importância da formação do professor para o ensino da arte.....	28
CAPÍTULO III - A FORMAÇÃO DO PEDAGOGO (A) E O ENSINO DE ARTES NA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	30
3.1 Importância da formação do professor para oferecer um ensino de qualidade na Educação Infantil.....	30
3.2 O professor e o ensino de artes na Educação Infantil.....	31
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	35
REFERÊNCIAS.....	37

INTRODUÇÃO

A finalidade desse estudo é discorrer sobre a formação do pedagogo (a) e o ensino de artes na Educação Infantil.

O trabalho do pedagogo com a disciplina de Artes na escola, apresenta uma série de inquietações. Uma delas se refere à formação inicial em Pedagogia e compreender o currículo das universidades para a formação do professor para o ensino das artes para a formação humana.

Através do ensino da arte, a criança poderá compreender sua história como ser humano, além de ampliar e estimular a sua astúcia para com o mundo, permitindo que sua autonomia seja construída.

Para muitos professores de Educação Infantil, a arte não é vista como área de conhecimento, com conteúdo para aprendizagem, sendo utilizada, geralmente, como exercício motor (cortar, rasgar, pintar, etc.). Ao desconsiderar seus objetivos específicos, o professor acaba fragmentando e simplificando o ensino da arte, optando por estratégias de curta duração. Esse tratamento denota uma negligência aos seus conteúdos e, principalmente, a falta de compreensão de que, assim como nas demais áreas do conhecimento, esta área necessita de um processo sistematizado que proporcione resultados significativos de aprendizagem.

A escolha do presente tema se justifica pelo fato de se perceber a desvalorização em critérios de investimento quando se diz respeito à essa matéria específica nas escolas em comparação às outras disciplinas. Vemos que não se é dado a devida importância, já que a arte é um dos fundamentos indispensáveis para a formação de uma criança, não menos importante como as disciplinas de português e a matemática por exemplo. É uma matéria fundamental para o desenvolvimento na formação de uma criança, não podendo ser deixada a desejar como tem sido feito nas escolas atualmente.

O ensino da arte ainda é tratado de maneira fragmentada e simplista por muitos professores pela falta de compreensão de que esta área de conhecimento é composta de conteúdos, objetivos, metodologias e avaliação própria. É importante que sejam unidos elementos que resumem a importância do professor na mediação do ensino da arte na Educação Infantil, uma vez que é essa intervenção que permitirá o diálogo e a

complementaridade das vertentes preconizadas pela Proposta Triangular para o ensino da Arte: a contextualização, o fazer artístico e a leitura da imagem.

O estudo da Arte sempre é um assunto de relevância social e como foco desta pesquisa tem-se a prática pedagógica do ensino da Arte aos alunos nas escolas de Educação Infantil. O mundo globalizado requer a formação de cidadãos autônomos e críticos que saibam atuar frente às mais diversas situações. Dessa forma, é o ensino da Arte contribuirá em muito na formação deste cidadão, pois ela tem o poder de sensibilizar o homem, fazendo com que ele perceba a subjetividade como algo belo e comum ao ser humano.

A arte não é apenas uma pintura como muitos imaginam ou pensam. Por meio do ensino da arte, é possível deixar a criança ser livre e expressar as suas emoções. Ela possibilita o desenvolvimento de suas habilidades de imaginação, aumentando sua criatividade. Portanto, a arte na Educação Infantil é de extrema relevância.

Para ter uma educação de qualidade, é importante que haja investimento na formação do professor também. Sendo assim, um das razões para se pesquisar o tema, foi o incômodo ao perceber que algumas pessoas pensam que a arte é só rabisco ou bagunça. Sabendo que não são esses os pilares que fazem com que o ensino de Artes esteja presente no currículo escolar, interesse em pesquisar o tema mais a fundo foi reforçado.

Dessa forma, para realizar este estudo, foram feitas pesquisas bibliográficas, realizadas em livros, revistas, artigos on-line, entre outros. A pesquisa bibliográfica compreende as etapas iniciais de todo trabalho científico, com o objetivo de coletar informações que servem de base para uma proposta de pesquisa a respeito de um determinado tema. À vista disso, o objetivo geral desse trabalho é compreender a relação da formação do pedagogo (a) e o ensino de Artes na Educação Infantil.

Este estudo encontra-se estruturado em três capítulos. No primeiro, será apresentada a história do ensino de Artes no Brasil. No segundo capítulo, será abordada a formação do professor para o ensino de Arte, percorrendo sobre as Políticas Públicas e contexto histórico da formação do professor no ensino de Arte, sobre a formação do professor em Arte no Brasil e a importância da formação do professor para o ensino da Arte. No terceiro e último capítulo, será abordada a formação do pedagogo (a) e o ensino de Artes na Educação Infantil, mostrando a

importância da formação do professor para oferecer um ensino de qualidade na Educação Infantil e o professor e o ensino de Artes na Educação Infantil.

CAPÍTULO I

A HISTÓRIA DO ENSINO DE ARTES NO BRASIL

O objetivo da presente pesquisa é perceber o papel do pedagogo para o ensino de Artes com as crianças na educação formal. O conhecimento da Arte, de uma forma geral, faz parte da formação integral do homem. É uma das expressões humanas mais antigas de que temos notícia. A partir da pintura, por exemplo, nossos ancestrais mais remotos mostraram a visão de mundo que possuíam da natureza e dos fenômenos naturais. Tais imagens encontram-se dentro de cavernas e rochas espalhadas por todo o planeta que se constituem em objetos de investigação para arqueólogos, antropólogos e historiadores. Portanto, as manifestações artísticas são fundamentais no processo de educação.

Neste primeiro capítulo, nossa investigação se volta para conhecer a história do ensino de Artes especificamente no Brasil para que se possa compreender a situação deste ensino na atualidade.

1.1 O ensino de Arte no Brasil

A cultura e as revelações artísticas estão presentes na vida do homem desde a pré-história, em que o homem aparentemente já apresentava a necessidade de expressar o que ele vivia e o que sentia através de desenhos e pinturas rupestres, achadas nas paredes das cavernas, onde sua história era registrada ao decorrer dos anos. Naquele tempo, os ensinamentos artísticos eram passados pela tradição e transmitidos de geração em geração. Conforme Ozinski (2011), “as origens da Arte coincidem com as do próprio homem”, ou seja, a expressão artística não vem antes nem depois, mas acompanham a espécie humana desde o seu início.

De acordo com Martins, Picosque e Guerra (2008 apud RODRIGUES, 2010, p. 01), “desde a época em que habitava as cavernas, o ser humano vem manipulando cores, formas, gestos, espaços, sons, silêncios, superfícies, movimentos, luzes, etc”. Isso acontecia devido a necessidade que os homens do passado já sentiam em dar sentido a algo e de comunicarem-se com os outros.

No período do renascimento, houve uma grande influência da igreja católica que favoreceu as atividades artísticas voltadas à religião, bem como a música erudita

e popular, o artesanato e o desenho como linguagem técnica ou científica (SOUZA et al., 2018). Isso explica o motivo pelo qual os jesuítas usaram a arte como um meio de convencimento poderoso no processo de cristianização dos indígenas brasileiros.

No Brasil, o ensino da Arte apresenta uma história ampla, tendo início no século XVIII, transmitido, primeiramente, pelos portugueses em forma de peças teatrais de caráter espiritual. Além disso, existem registros de que o primeiro estilo artístico trazido para o Brasil foi o Barroco, durante o século XVII, dentro de um determinado espaço de tempo chamado período jesuítico - barroco (BRASIL, 1998). Pode-se perceber que o ensino de Artes no Brasil começa durante o período colonial, a partir da necessidade dos padres jesuítas de catequizar os índios. Isso significa que os estilos e qualidades europeias ajustaram-se para as particularidades locais (SOUZA et al., 2018).

Deste modo, os jesuítas introduziram no Brasil o Barroco. Nessa época, foram executadas várias montagens cênicas com valores didáticos, no decorrer das práticas de catequese jesuítica. Essas criações compuseram práticas elementares no ensino das Artes, pois os padres jesuítas auxiliavam na preparação dos indígenas para a concretização do seu teatro religioso. Notamos ainda que a música também foi empregada no processo de catequizar, por meio do emprego do Canto Gregoriano (BARBOSA, 2014).

A Arte nesse período contribuiu significativamente com a prática pedagógica para a catequese dos jesuítas, pois era oferecido às crianças e adultos um ensino de caráter religioso, ministrado pelos jesuítas enviados de Portugal, que ensinavam português, doutrina cristã, ler e escrever e, opcionalmente, canto orfeônico e música instrumental. Ensinavam sobre a Arte Sacra, eles aprendiam a tocar e fabricar instrumentos musicais. Dessa forma, a Arte foi utilizada com habilidade pelos jesuítas em seu empreendimento.

Por não existirem escolas de Arte no Brasil, foi direcionado um novo método de aprendizagem artística que acontecia por meio das oficinas dos artesãos, das ruas e dos estabelecimentos religiosos. Portanto, um novo cenário artístico-cultural surgiu com a chegada da família real no Brasil. Foi uma fase bem-sucedida que colaborou para o desenvolvimento de uma arte nacional popular, com a qual se destacou um processo simples, que não fez diferenciação entre a música popular e a música erudita (OSINSKI, 2011).

No ano de 1808, acontece a chegada da família real no Brasil, devido a problemas com questões políticas tentadas na Europa, fez surgir no Brasil-colônia, um novo cenário artístico-cultural. O gênero neoclássico¹, foi implantado no país pelo decreto de 1816, promulgado por D. João VI. Competiu para o encargo à missão Artística Francesa conduzir a Academia Real e Ofícios e, por meio dela, difundir esta proposta neoclássica. A determinação do modo de produção acadêmico e elitista criou um afastamento entre a Arte e a população (SOUZA et al., 2018). Apesar disso, a Arte modernizou o Brasil, onde-se reestruturou politicamente e socialmente, como mencionado por Carvalho e Vieira (2012). Nessa época, foi instaurada pelo Rei de Portugal uma ampla e consecutiva reestruturação política e social a qual teve o desígnio de modernização do país (CARVALHO; VIERIA, 2012).

Através do período neoclássico, foram resgatados valores culturais e estéticos das civilizações clássicas. Assim sendo, as Artes plásticas receberam um formato neoclássico sendo designado à elite brasileira. Ou seja, era elitizada porque o povo, de maneira geral, não tinha acesso a essas artes pelo fato não ter dinheiro, ou seja, ser uma classe menos favorecida. A população em geral não era alfabetizada, não tinha acesso a uma educação que pudesse compreender os gêneros literários e artísticos, daí o motivo de afastamento entre a Arte e a população.

Na mesma época, a música era muito valorizada e incentivada pela família real, onde seus membros tinham o domínio ao menos de um instrumento musical. No ano de 1841, foi estabelecido o Conservatório de Música Do Rio de Janeiro, onde foi criada a Escola de Música da Universidade Federal e, que com efeito disso, foi oficializado o ensino de música no Brasil (KUROSKI, 2011).

Influenciado pelo positivismo da França no decorrer do séc. XIX, o ensino das Artes no Brasil acabou sendo visto como a probabilidade de preparar os cidadãos para a indústria (OSINSKI, 2011), pois, por meio do ensino das Artes era possível contribuir com a indústria e no processo de economia, em que as pessoas poderia fazer o uso de artes manuais para expor e também vender. O ensino do desenho passa a ser aceito como um preparo para o trabalho em fábricas e serviços artesanais.

¹ O Neoclassicismo foi um movimento artístico e cultural surgido na Europa no século XVIII, por volta de 1750 e que visava resgatar os valores estéticos e culturais das civilizações clássicas, especialmente Roma e Grécia (Fonte: <https://www.todoestudo.com.br/artes/neoclassicismo>>).

Assim, o progresso econômico resultante da Revolução Industrial, juntamente à Abolição da Escravatura, deram origem a uma enorme apreciação das artes manuais, em detrimento das Belas Artes (OSINSKI, 2011). Deste modo, as artes manuais eram apreciadas de acordo com o progresso econômico que resultou da Revolução Industrial.

Tendo em vista o desenvolvimento da racionalidade, no ano de 1890, foi introduzido o ensinamento dos desenhos geométricos, que tinham como objetivo satisfazer todos os interesses positivistas (MARTINS, PICOSQUE; GUERRA, 2008). Esse interesse servia tanto para consentir a industrialização quanto para o desenvolvimento da racionalidade. As influências liberais davam atendimento ao ensino do desenho como forma de linguagem técnica e o positivismo² era voltado ao preparo da linguagem científica, o que marcou o início do século XX (FERRAZ; FUSARI, 2013).

Após o período de 1890, no ano de 1920, foram implantadas técnica e ideias americanas, ou seja uma Escola Nova, onde a criança era percebida como um ser que tinha suas características próprias, precisando, assim, buscar conhecer suas potencialidades funcionais e orgânicas antes mesmo de demarcarem objetivos e técnicas pedagógicas (OSINSKI, 2011).

Através da Artes, por conta da influência da Escola Nova, a qual procurava a modernização, a democratização, a industrialização e urbanização da sociedade, as crianças, passaram a ter atributos próprios, conhecendo seus potenciais, mesmo antes de entrarem na escola. Um novo momento para ensinar Artes no Brasil e que marcou bastante foi a Semana da Arte Moderna.

Com a chegada da Semana da Arte Moderna, no ano de 1922, eis que surge um novo momento para o ensinamento das Artes no Brasil. A Semana de Arte Moderna aconteceu em São Paulo entre os dias 11 e 18 de fevereiro de 1922. Este movimento trouxe os olhares para o fauvismo, o expressionismo, o surrealismo, entre outros (SOUZA et al., 2018).

A Semana da Arte Moderna tinha como objetivo colocar a cultura brasileira a par das correntes de vanguarda do pensamento europeu, ao mesmo tempo que

² O positivismo é uma corrente filosófica do século XIX que aposta na ordem e na ciência para a obtenção de progresso social. O positivismo é uma corrente teórica inspirada no ideal de progresso contínuo da humanidade. O Positivismo corresponde a uma doutrina filosófica, concebida no século XIX por August Comte, filósofo francês de herança Iluminista. (Fonte: <<https://brasilecola.uol.com.br>>).

pregava a tomada de consciência da realidade brasileira. Este movimento teve grande influência na arte local, assim, motivando uma nova visão para as produções artísticas.

É compreendida como sendo uma amostra artístico-cultural a qual teve vários tipos de apresentações como música, dança, pessoas recitando poesias, palestras e exposições. A mesma foi realizada no Teatro Municipal de São Paulo entre os dias 13 a 18 de fevereiro de 1922 (COELHO, 2022). Este ano de 2022 comemoramos 100 anos da Semana de Arte Moderna.

As influências da Semana de Arte Moderna foram sentidas em toda a sociedade, despertando nos indivíduos a consciência nacional no meio artístico. Portanto, a Semana de Arte Moderna deve ser vista não só como um movimento artístico, mas como um movimento político e social.

Um pouco mais tarde, na década de 1930, iniciaram-se as influências do ideário da Escola Nova, que sofreu fortes influências de Claparède, Dewey e Decroly. A implantação do ensinamento das Artes na escola primária foi discutida de forma exacerbada, de forma que ela não entraria como disciplina a ser estudada, mas como forma de expressão. Porém, por fatos políticos, este movimento acabou sendo dissolvido. É neste período então, que o ensino de música na escola regular foi introduzido (OSINSKI, 2011). Nesta, foi discutido sobre a introdução da Arte como disciplina na escola primária, pois seu ensinamento era apenas como forma de expressão.

No final da década de 1940, surge no Brasil o Movimento das Escolinhas de Arte, reforçando a introdução da Arte como disciplina na escola, quem sabe o mais produtivo em termos do ensino da Arte desempenhado no Brasil (SOUZA et al., 2018). A intenção desse movimento era de fazer aumentar a capacidade de criação da criança, tendo em vista o desenvolvimento estético. A metodologia aplicada na Escolinha de Arte do Brasil impulsionou o ensino de Arte no país, promovendo a eclosão de outras escolinhas, espalhadas por vários estados da nação.

No ano de 1950, com a inspiração da modernização do teatro brasileiro, foi instituída a Escola de Arte Dramática (EAD) no estado de São Paulo, com a finalidade de fornecer uma formação sistemática do ator, pois, antes, este etilo de atividade era desenvolvido de maneira informal no interior das companhias profissionais (FERRAZ; FUSARI, 2013). Nesse sentido, o objetivo da EAD em São Paulo, era o de

proporcionar uma formação sistemática do ator, ou seja, profissionais do teatro, sendo oferecido um ensino através da prática. Depois desse momento, ocorreu a livre expressão na década de 1960.

A livre expressão foi o marco inicial da década de 1960, contudo, omitindo a originalidade criada por Mário de Andrade de que a intervenção do professor como um mediador de conteúdos era avaliada como negativa para o desenvolvimento da criatividade das crianças (SOUZA, 2018). Ela era avaliada como negativa pelo fato do ensino da Arte ser introduzido de maneira informal, em que não eram desenvolvidas pelos professores atividades diversificadas, voltadas ao processo de ensino e aprendizagem das crianças, ou seja, era um conteúdo fragmentado. Contudo, na década de 1970, o ensino da disciplina passou ser obrigatório no Brasil por meio da LDB n. 5692/1971.

Embora ainda não houvesse uma escola de ensino superior que formasse profissionais capacitados para ministrar a disciplina, os únicos professores de Artes que existiam eram aquele que se formavam nas Escolinhas de Arte, assim capacitando-os polivalente a ministrarem aulas que desenvolvessem os quatro campos da Arte (SOUZA et al., 2018). Foi através das Escolinhas de Artes que o panorama do ensino artístico e as experiências na área de Arte se multiplicaram em diversas regiões do país. Na verdade, a Escolinha de Arte do Brasil foi à precursora de todos os cursos de licenciatura curta e plena, de educação artística, instituído no país a partir da LDB n. 692/1971, que tornou obrigatório o ensino de Arte no 1º e no 2º grau, em todo o território nacional.

Na década de 1990, a permanência ou não da disciplina de Artes mais uma vez foi motivo de polêmica no país, nos trâmites da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) LDB n. 9.394/1996 (BARBOSA, 2014). Foi então que aconteceu um forte movimento de professores que visavam demonstrar que o ensinamento da Arte é conhecimento e que tem um campo teórico científico. Fazendo isso, eles acabaram conseguindo conquistar a inclusão e obrigatoriedade da disciplina em todos os níveis de ensino.

A LDB n. 9.394/1996, institui em seu artigo 26, parágrafo 2º, que “o ensino fará parte do currículo de diversas condições da educação básica, promovendo a ampliação cultural dos alunos”. Dessa forma, é possível considerar o ensino da Arte, oferecido em vários níveis da educação básica, de suma importância e colaboração

com o processo de ensino e aprendizagem dos alunos e em seu desenvolvimento cultural.

Conforme visto, aconteceram vários avanços nos termos metodológicos tratados no ensino das Artes. Surgiram no país cursos de pós-graduação com um maior número de pessoas refletindo a respeito das Artes e seu ensino. Sabe-se que muito já se progrediu e que ainda estão surgindo ideias cada vez mais sólidas a respeito da Arte e do seu ensino, por meio da procura de novas metodologias para seu ensinamento e aprendizagem. Então pode-se dizer que hoje a Arte é abrangida como patrimônio cultural da humanidade.

O ensino das Artes no Brasil teve um início, um meio, mas não um fim, pois, com o passar dos anos, a Arte continuará se evoluindo, trazendo em cada um de seus próximos períodos as suas características próprias. Sendo assim, a Arte, além de unificar, permite inúmeras formas do sujeito se expressar, podendo, assim, transmitir aquilo que está pensando, sentindo, além de construir uma análise daquilo que faz, ouve, enxerga, tendo então uma base para conseguir construir uma nova ideia ou até mesmo um projeto.

Dando sequência ao estudo, no próximo capítulo, será discutida a formação do professor com o ensino de Arte.

CAPÍTULO II

A FORMAÇÃO DO PROFESSOR COM O ENSINO DE ARTE

No decorrer deste capítulo, faz-se uma breve retrospectiva histórica sobre as políticas públicas e o contexto da formação dos professores para a educação básica no Brasil, apontando para as políticas que predominaram nos diversos momentos do desenvolvimento da educação escolar no país, até o início da década de 1990, quando se iniciaram as reformas do campo educacional que hoje delineiam o quadro da formação.

2.1 Políticas Públicas e contexto histórico da formação do professor no ensino de Arte

As políticas de formação de professores propriamente ditas, no Brasil, passam a ser mais efetivamente estruturadas a partir da década de 1930 (DAMIS, 2012). Isso, no entanto, não significa que não havia ensino e docência. O fato é que a prática docente foi vista, durante muito tempo, mais pelo contexto da experiência, em que era salientado, sobretudo, o domínio do conhecimento prático para a formação dos docentes. O que se pressupunha era que os professores deveriam ter o domínio daqueles conteúdos que lhes caberia transmitir às crianças, desconsiderando-se o preparo didático-pedagógico.

De acordo com Saviani (2008), o início da educação escolar no Brasil foi marcado pelo ensino de caráter religioso, ministrado pelos jesuítas enviados de Portugal, que ensinavam português, doutrina cristã, ler e escrever e, opcionalmente, canto orfeônico e música instrumental. Culminava esse ensino com aprendizado profissional agrícola ou gramática latina.

O ensino da Arte, conforme mencionado e explanado no capítulo anterior, foi assinalado pelo cunho religioso, sendo ministrado pelos jesuítas. Os jesuítas, no entanto, foram expulsos do país em 1759 pelo então primeiro-ministro de Portugal, o Marquês de Pombal, que desencadeou as chamadas “reformas pombalinas da instrução pública”. Estas reformas abriram espaço para a influência iluminista e, conseqüentemente, para as ideias de ensino laico. Então caberia ao Estado pagar o

salário dos professores e determinar as diretrizes curriculares da matéria a ser ensinada (SAVIANI, 2009).

Deste modo, era de responsabilidade professor, fornecer o espaço físico para as aulas (geralmente a sua casa), materiais e recursos didáticos. Durante todo esse período, não se manifesta preocupação com a formação de professores. Após a independência é que entra em cena a questão do preparo de docentes, que aparece pela primeira vez na Lei das Escolas de Primeiras Letras, de 15 de outubro de 1827 (SAVIANI, 2009). Evidencia-se então a preocupação com o preparo didático do docente que aparece quando esta lei determina que os professores, às suas próprias custas, deveriam ser treinados para ensinar.

Com o Ato Adicional de 1834, as províncias ficaram responsabilizadas pelas escolas primárias e secundárias, e, como consequência, foram criadas as Escolas Normais para a formação de professores, seguindo o modelo dos países europeus (DAMIS, 2012). O objetivo das Escolas Normais era preparar docentes para as escolas primárias procurando o campo dos conhecimentos a serem transmitidos. Com decorrência, os currículos destas escolas continham as mesmas disciplinas que as escolas de primeiras letras.

Deste modo, os professores eram preparados para atuar no ensino primário através das Escolas Normais. Cabia aos professores terem domínios sobre os conteúdos, transmitindo os mesmos às crianças. Nessa época, não tinham materiais didáticos pedagógicos, sendo de responsabilidade do docente preparar e repassar os conteúdos.

As Escolas Normais apresentaram, nas diferentes províncias, existência intermitente, pois eram fechadas e reabertas diversas vezes, ora pelos custos de manutenção, ora pelo pequeno número de alunos formados. O fato é que, em 1890, as escolas do município de São Paulo passaram por um processo de reforma, almejando a melhor preparação do professor pelo enriquecimento dos conteúdos curriculares e maior destaque aos exercícios relacionados à prática de ensino, resultando, inclusive, na criação de escolas-modelo anexas à Escola Normal.

As escolas-modelo anexas à Escola Normal foram criadas voltadas em preparar o professor, onde eles pudessem enriquecer seus conteúdos repassados às crianças.

Após a década de 1930, segundo Saviani (2005), a educação passa a ser tratada como uma questão nacional, reflexo dos problemas da sociedade burguesa moderna, preocupada com a instrução pública popular. Como marcos desse período, também segundo o autor já citado, pode-se apontar em 1930 a criação do Ministério da Educação e Saúde; em 1931 as reformas educacionais conduzidas pelo Ministro Francisco Campos; em 1932 o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. Em consequência, em 1934, quando aprovada a Constituição deste período, exigiu-se a fixação de diretrizes para a educação nacional, entre outras medidas que indicavam o reconhecimento da educação como responsabilidade nacional (SAVIANI, 2005).

Estes fatos foram apontando para a construção de um sistema nacional de educação. Deste modo, a formação de professores começa a ser evidenciada.

Voltando a falar das Escolas Normais, Anísio Teixeira, por acreditar que elas não atingiam os objetivos de formar para a cultura geral e profissional, criou o Instituto de Educação como uma Escola de Professores, desenvolvendo nesta instituição um currículo mais abrangente, ampliando significativamente a estrutura de apoio para o curso (campo de experimentação, bibliotecas, locais de pesquisa, etc.). Da mesma forma, o Instituto de Educação de São Paulo também pretendeu ampliar a formação docente (SAVIANI, 2009).

Percebe-se então que a formação do professor começa a ser discutida, e por meio do Instituto de Educação de São Paulo, começa-se a formação docente, firmando um conhecimento de caráter científico. Esta preocupação apontava para o direcionamento de modelo de formação que intencionava suprir as insuficiências dos modelos das Escolas Normais anteriores.

Em seguida, estes Institutos foram incorporados às Universidades, de modo que assim se organizaram os cursos de formação de professores para o ensino secundário (licenciaturas), generalizados para todo o país depois de 1939, com o Decreto-Lei 1190. Este documento procedeu no modelo de formação universitária em cursos de graduação conhecido como “esquema 3 + 1”, que passou a ser seguido por todas as licenciaturas direcionadas à formação de professores para as diversas disciplinas do ensino secundário e para o curso de pedagogia, este destinado a preparar para a docência para as Escolas Normais. (SAVIANI, 2009).

Tal modelo de formação caracterizou-se por um currículo no qual os primeiros três (3) anos de estudo direcionavam-se às disciplinas específicas e um (1) ano, o ano final, para a formação didático-pedagógica.

A orientação do “esquema 3 + 1” em relação aos cursos de formação universitária, foi reforçada no ano de 1946 através das Leis Orgânicas. Quanto ao ensino normal, a Lei Orgânica do Ensino Normal, Lei n. 8530, criou uma nova estrutura na qual os cursos normais foram divididos em dois ciclos: o primeiro ciclo, de quatro anos, equivalia ao curso ginasial; e o segundo ciclo, de 3 anos, correspondia ao nível colegial (secundário), a ser ministrado nos Institutos de Educação (SCHEIBE, 2008).

Segundo este autor, os Institutos de Educação, nesta fase, estavam incumbidos também de ministrar cursos de especialização de professores, como, por exemplo, cursos de Educação Especial, Administração Escolar, Ensino Supletivo, Desenho e Artes Aplicadas, Música e Canto, entre outros.

No ano de 1947, foi dado início ao longo processo que resultaria na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional promulgada em 1961 (SAVIANI, 2005). Conforme salienta Scheibe (2008), esta lei não trouxe avanços significativos para a formação docente. Apenas no ano de 1968, com a Lei n. 5.540/1968, que reformou o ensino superior, que ocorreram algumas modificações nesse sentido, ao menos no que concerne aos cursos de pedagogia, que foram fracionados em habilitações técnicas para a formação de especialistas em educação (ALVARENGA; SILVA, 2018). Permitiu-se, a partir daí, que o professor primário também fosse habilitado em nível superior.

No contexto pós-golpe militar (1964), foi exigido no campo educacional mudanças legais no que concerne ao ensino. Conforme indica Saviani (2009), com a promulgação da Lei n. 5692 de 1971, que fixou diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, o ensino primário, junto com as séries ginasiais e o ensino médio passaram a ser denominados de ensino de primeiro grau e ensino de segundo grau, respectivamente. As Escolas Normais deixaram de existir com esta denominação e passaram a compor as habilitações específicas do segundo grau.

Com a Lei n. 5692/1971, as habilitações exigidas para a docência nas últimas quatro séries do ensino de primeiro grau, assim como para o ensino de segundo grau, continuaram a ser a formação de nível superior, nos cursos de licenciaturas.

Houve, no entanto, uma inovação com a criação das licenciaturas curtas (licenciaturas por área de conhecimento e com tempo médio de formação de 2 a 3 anos), para atender mais especificamente os anos finais do ensino de 1º grau. As licenciaturas plenas, disciplinares, destinadas à docência para o 2º grau, tinham a sua integralização em média de 4 anos de formação. Cabe ressaltar que a lei de 1971 determinou que as licenciaturas plenas fossem ofertadas por habilitações específicas (disciplinares) para o ensino de segundo grau e que as licenciaturas curtas que formavam para o ensino de primeiro grau deveriam acontecer por áreas de conhecimento. Dessa forma, foram propostas, como aponta Scheibe (2008), cinco áreas para esta formação: Estudos Sociais, Ciências, Educação Artística, Comunicação e Expressão, Educação Física.

A habilitação por área baseava-se na ideia de formar em um tempo mínimo, em cursos de curta duração, o professor polivalente para o ensino das séries finais do então primeiro grau. Para o curso de Educação Artística, como será discutido em momento posterior neste trabalho, se mostrou insuficiente e o modelo de formação de curta duração foi abandonado já na década de 1980, embora extinto oficialmente somente com a aprovação da LDB de 1996.

Os problemas colocados pelos modelos de formação resultantes das mudanças do período de 1970 mobilizaram educadores de todo o país, por mais de duas décadas, particularmente durante a década de 1980, na defesa da melhoria dos cursos de formação, na expectativa de que, com o fim do regime militar, o país pudesse vivenciar a reformulação almejada nos cursos de formação para a docência.

2.2 A formação do professor em Arte no Brasil

No que diz respeito à formação de professores da área de Arte, Ana Mae Barbosa (1984) indica que o preparo para o ensino das Artes passou a ser uma preocupação no Brasil a partir da década de 1950, tendo se iniciado, segundo esta autora, no interior do Movimento Escolinhas de Arte (MEA). Anteriormente, já no século XIX, com a chegada da Missão Artística Francesa no país, houve ensino das Artes em grau superior com preocupação, porém, na formação de artistas, e não de professores. Com os franceses, instalou-se, após 1816, uma instituição oficial de ensino de Arte no Brasil, sendo estes os primeiros professores a formarem artistas no

país. Essa formação era fortemente vinculada ao academicismo³, estilo ainda predominante na Europa no período, contrastando com a tradição brasileira barroca⁴.

É com o advento do movimento modernista, já no século XX, que o Brasil desperta para a expansão das ideias de maior liberdade e expressividade no meio artístico. O ensino de Arte, então, segue esse viés, na defesa da livre expressão. Grandes artistas do período se empenharam nessa tarefa, tanto em seus ateliês como nos cursos de graduação.

A partir de 1940, este cenário se faz sentir com a proposta do Movimento Escolinhas de Arte no Brasil (MEA), que se dedicava a formar os aprendizes de Arte através da livre expressão, fruto dos ideais modernistas, ainda em auge no país. (BARBOSA, 2008). Foi um movimento bastante ativo, que acontecia fora das escolas públicas e das universidades, buscando desenvolver a autoexpressão das crianças e adolescentes, além de oferecer cursos de Arte-educação para professores e artistas.

No interior das universidades brasileiras não existiam cursos de licenciatura em Arte neste período. Os cursos que existiam havia tempos tratavam da formação em desenho, com foco para o desenho geométrico (BARBOSA, 2008), ou os bacharelados em Arte, que conferiam uma formação artística, e não pedagógica (ROSA, 2015). Muitos desses cursos, após a década de 1970, acabaram se transformando em licenciaturas, por conta da Lei de Diretrizes e Bases de 1971 (LDB).

A década de 1970 significa, no contexto anteriormente apresentado, palco de novas exigências e possibilidades. Ironicamente, é na vigência do poder da ditadura militar brasileira que a Arte tem seus caminhos redesenhados. A formação de professores para a área de Arte propriamente dita nasce, portanto, em um período em que eram mobilizadas forças para formar “capital humano” e, assim, o campo da educação e do trabalho passam a ser ainda mais vinculados um ao outro.

³ Academicismo: termo diretamente ligado às academias de arte presentes na Europa e disseminadas para outros países, responsáveis pelo estabelecimento de uma formação artística padronizada, com aplicação de regras rígidas de desenho, e cópias de moldes. Fundamenta-se na imitação das formas da natureza (MAGALHÃES, 2008).

⁴ Barroco: movimento artístico europeu, trazido ao Brasil pelos portugueses, que aqui mesclou-se a estilos locais, somando-se a expressividade cabocla, resultando num estilo artístico com feições particulares. As características de movimento, emoção e dramaticidade contrastam com a arte clássica acadêmica (LUERSEN, s/d).

A Lei 5692/1971, que fixou diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, determinou a obrigatoriedade do ensino da Arte nos currículos do ensino destes dois graus de escolarização, sob a denominação de Educação Artística.

A Educação Artística chega à escola pública pelo aparato legal justamente num período de exacerbação do “controle político ideológico mutilador da vida intelectual e artística do país” (SCHEIBE, 2012, p. 49), num momento em que a educação, mais do que nunca, se configura como uma entidade reguladora. Pode-se supor, neste contexto, que o modelo de formação de professores de Educação Artística então desencadeado não tinha grandes possibilidades de apresentar preocupação com uma formação mais crítica, poética e criadora.

De qualquer forma, é preciso reforçar que a LDB n. 5692/1971 se firmou como um marco importante para o ensino da Arte uma vez que determinou a existência da Educação Artística como área curricular e estabeleceu a obrigatoriedade de seu ensino nas escolas. Cabe lembrar que, para a docência nesta área, esta reforma determinou a prática da polivalência, uma vez que “instituiu que as licenciaturas fossem oferecidas através de habilitações específicas para o ensino de segundo grau e por meio de habilitações por área de conhecimento, para o ensino de primeiro grau (de 5ª a 8ª séries)” (SCHEIBE, 2008).

O ensino de Artes e música era ministrado pelo mesmo professor, ou seja, ele não tinha formação para ensinar.

Os Currículos Mínimos foram fixados pelo então Conselho Federal de Educação (CFE), posteriormente transformado, por uma nova legislação, em Conselho Nacional de Educação (CNE). Tal responsabilidade de fixar currículos mínimos para os cursos de graduação era determinada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 4.024/61, em seu artigo 9º, assim como pela Lei da Reforma Universitária 5.540/68, no seu art. 26.

Em síntese, percebe-se que, apesar da reforma de 1971 se configurar como um importante marco no ensino da Arte, por representar a sua implantação no currículo escolar, o Currículo Mínimo, tal como foi concebido pelo pensamento tecnicista, determinou uma visão demasiado rígida e polivalente do ensino de Arte, o que acabou por provocar duas décadas de formação precária. Ao determinar um tratamento da Educação Artística como “atividade”, em detrimento à denominação de disciplina, tal característica pode ter contribuído para empobrecer a área artística na

educação, dificultando, desta forma, o caminho da educação em Arte como direito de todos os brasileiros.

Para uma melhor compreensão das mudanças legais que delineiam a educação no país na atualidade, retoma-se a discussão com foco especial no contexto dos anos 1990. Este período vivenciou um intenso movimento de reformas que determinaram novos caminhos para a formação de professores como um todo e, juntamente com os aspectos já ressaltados, acabaram interferindo na formação dos professores da área de Arte.

A década de 1990 abarcou uma série de expectativas quanto à chegada do século XXI, e ainda vivenciou a disponibilidade das informações de uma maneira ainda não vista em épocas anteriores: rápida e global (VIEIRA, 2002). Este período, conforme é sabido ficou conhecido como a era da informação ou sociedade do conhecimento.

Num contexto geral, este processo de globalização desencadeou diferentes reestruturações na sociedade como um todo, determinando mudanças no contexto econômico e político, intensificando “ações no sentido de ajustar as políticas educacionais ao processo de reforma do Estado brasileiro, em face das exigências colocadas pela reestruturação global da economia” (FONSÊCA, 2011, p.15).

Como alternativa para os problemas colocados pelo contexto mundial, expandem-se mudanças em busca das transformações almejadas, que se expressam também por meio de reformas no ensino escolar. Desta intensa mobilização das diferentes esferas interessadas na reforma educacional nessa década, resulta o que hoje orienta a educação brasileira: a LDB n. 9394/1996, a qual instituiu o ensino de Artes como obrigatório no Brasil.

As conquistas alcançadas a partir da LDB de 1996, no que concerne à educação em Arte, devem-se, em grande medida, ao empenho dos educadores mobilizados em torno da melhoria da formação em Arte-educação. Após a LDB n. 9394/1996, muita coisa mudou no que se refere ao ensino da área de Arte, contudo estas mudanças não chegaram a suprir as reivindicações dos professores e pesquisadores, que tinham maiores expectativas para esta área.

A formação de professores de Arte, embora com foco na formação específica na atualidade, enfrenta ainda uma séria fragilidade: a precariedade da formação pedagógica.

2.3 A Importância da formação do professor para o ensino da Arte

Sabe-se que o professor tem papel fundamental para a educação e evolução do conhecimento de uma sociedade. Mas e a importância da formação do professor para o ensino da Arte? Conforme visto anteriormente, no Brasil, foi instituída a lei n. 5.692/1971, que, inicialmente, comprimia as primeiras diretrizes para o ensino da Arte nas escolas. O que na verdade não estruturou as camadas do ensino da Arte em relação à prática em sala de aula e à formação do professor. Esta indagação acerca da formação do arte-educador já vem desde meados da década de 1980 sendo discutida.

As dificuldades em sala de aula, principalmente no campo artístico, são, na maioria das vezes, obstáculos encontrados por professores que não sabem como proceder e encontrar meios para contornarem esta realidade. A falta de materiais pedagógicos, professores cumprindo jornada de trabalho em Arte, mas que tem formação específica em outras disciplinas são realidades que ocorrem em muitas escolas do Brasil.

Com embasamento nisso, é visto um ensino-aprendizagem artístico defasado, sem suporte e com metas ainda não atingidas como o previsto pelas Leis Educacionais do país. Ana Mae, uma das pioneiras na formação de Arte educadores no Brasil, fala da atualização constante do professor, podendo assim transmitir melhor conhecimento aos alunos. Ela também critica medidas não realizadas pelos governantes para que a formação dos professores seja melhorada.

Venho frequentemente usando o termo “atualização de professores” para designar a educação permanente que deveria ser propiciada pelo Estado àqueles que são responsáveis pela educação de crianças e jovens. Prefiro a expressão “atualização de professores” à fórmula mecanicista “reciclagem de professores” (professor não é máquina), porque a palavra atualização tem várias conotações que reforçam a ideia de educação como processo de liberação (BARBOSA, 2002, p. 127).

O ensino da Arte já vivenciou vários processos até chegar ao que é atualmente, visto que o campo educacional está em constante mudança, inclusive o ensino de Arte. Pode-se dizer que o educador vive se confrontando com o novo; um exemplo a ser citado é a questão da rede de tecnologia que, de uma forma ou de outra, exige do

educador uma ativa participação, pois estas opções encontradas no cotidiano encantam e instigam o aluno ao novo.

Infelizmente, quando essas inovações são inseridas na Arte, muitas vezes, passam despercebidas por parte de educadores que não possuem uma formação clara e adequada quanto ao ensino da Arte, ressaltando que, muitas vezes, a escola não oportuniza que ambos participem de formações continuadas para que possam, assim, melhorar a qualidade de suas aulas de maneira interdisciplinar e que estas possuam ampla valorização das diversas culturas como apresenta os PCNs:

Por causa do direito dos alunos ao exercício e prática de sua sensibilidade expressiva em Arte e como cidadão, espera-se que seus professores de Arte também possam aperfeiçoar-se neste mesmo exercício, incluindo suas competências profissionais. (PCN, 2000).

Diante disso, cabe ao professor estar sempre se aperfeiçoando, pois além de sua formação como pedagogo ou em Artes, deve-se investir em educação continuada, para sempre ser ofertado um ensino de qualidade.

É importante repensar a formação de professores da área de Arte. Emergem necessidades importantes para que se possa chegar a um nível razoável de qualidade deste ensino. É imprescindível que a política nacional considere a formação de professores brasileiros como prioridade e se comprometa verdadeiramente com a melhoria dos problemas que se apresentam. Afinal, é inegável a imensa contribuição da educação em Arte para a construção de um futuro mais humano e esta só ocorre com uma boa formação profissional.

Convém salientar também a importância das discussões acadêmicas para mobilizar as reais mudanças ensejadas. Neste período de transição que é vivenciado na atualidade, é fundamental atentar constantemente às mudanças legais e às consequências geradas por elas.

Dando sequência ao estudo, no próximo capítulo, será discutida a formação do pedagogo (a) e o ensino de Artes na Educação Infantil.

CAPÍTULO III

A FORMAÇÃO DO PEDAGOGO (A) E O ENSINO DE ARTES NA EDUCAÇÃO INFANTIL

No decorrer desse capítulo, será mostrado a relação da formação do pedagogo (a) e o ensino de Artes na Educação Infantil. A valorização da Educação Infantil, a busca pelo conhecimento sobre a criança e sobre os seus processos de desenvolvimento e de aprendizagem, vem se alargando desde que esta modalidade de ensino passou a fazer parte da Educação Básica, a partir da LDB de 1996.

3.1 Importância da formação do professor para oferecer um ensino de qualidade na Educação Infantil

A formação do Pedagogo em Arte é importante para oferecer um ensino de qualidade. Os educadores têm o papel despertar nas crianças a sensibilidade, o reconhecimento de uma obra de Arte, o senso crítico. Porém, tudo isso deve acontecer no tempo da criança e da turma que ela está inserida. É preciso respeitar as diferenças e estabelecer que a apreciação da Arte é subjetiva.

O professor precisa levar as crianças ao contato com as linguagens artísticas, mas não pode esquecer de estar sensível ao que propõem. Fazer Arte é produzir conhecimento, é contribuir diretamente para que as crianças ampliem sua visão de mundo, percebendo-se capaz de produzir Arte, de serem autoras de suas vontades e ideias, de perceberem-se parte de sua própria história.

Deste modo, o professor é o sujeito que vai mediar os conhecimentos, aqueles que a criança traz consigo e os novos que lhes serão propostos e a postura que ele deve assumir em sua prática pedagógica na mediação do ensino da Arte. Para tanto, é necessário começar a educar o olhar da criança desde a Educação Infantil, possibilitando atividades de leitura para que além do fascínio das cores, formas e ritmos, para que ela possa compreender e analisar como a linguagem visual se estrutura e, assim, possa pensar criticamente sobre as imagens.

Além disso, deve-se fazer com que a escola vá além das vivências artísticas com as quais está acostumada. Ela deve ajudar a criança a conhecer outras épocas históricas, outras culturas, outras formas de expressão, cabendo ao professor fazer

com que a criança compreenda o mundo em que está inserida, situando-a em diferentes contextos socioculturais.

3.2 O professor e o ensino de Artes na Educação Infantil

O que acontece na educação em geral sobre o ensino da Arte, também se verifica na Educação Infantil, modalidade a qual nos propomos estudar. Nesta modalidade de ensino, as atividades envolvendo a Arte se resumem, em geral, apenas em atividades com figuras prontas sem sentido algum para o aluno e, às vezes, nem para o professor.

A Educação Infantil tem para muitos a função de preparar os pequenos para o ingresso no Ensino Fundamental. Nela, é necessário que se desenvolvam habilidades cognitivas, coordenação motora, conhecimento de letras e números, além de bons hábitos de higiene e boas maneiras. Desta forma, a Arte nem sempre é bem-vista pelos pais dos alunos da Educação Infantil, eles preferem que seus filhos venham para a escola para aprender a ler e a escrever, porque, assim, entendem que eles estarão sendo preparados para o futuro.

O que os pais não conseguem compreender e, às vezes, nem a escola, é que, nesse período, que se devem explorar as diversas linguagens da criança para que ela possa ampliar suas capacidades cognitivas. E, com a Arte, pode-se obter grandes desenvolvimentos de tais capacidades, já que as crianças pequenas têm algumas peculiaridades como, por exemplo, a de não conseguir ficar muito tempo sentado, parado recebendo outras formas de conteúdo.

O ensinar Artes na Educação Infantil, segundo Leite et al. (2018), é de suma importância para a formação da criança, é assim que elas vêm compondo sua base social, cognitiva, emocional na infância. Dessa forma, a Arte não pode ficar de fora para uma formação do ser integralmente, conforme afirma Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Lei n. 9.394/1996. Sendo assim, assegura-se no que Ana Mae Barbosa (2014) nos afirma no conceito de Arte quando ela cita que a Arte é de suma importância para a educação.

A LDBEN n. 9.394/96 diz também que toda criança tem direito ao patrimônio cultural da humanidade, com o objetivo de trazer um desenvolvimento para a criança. À vista disso, a Arte, nas suas variadas linguagens artísticas, (Artes

plásticas, Artes cênicas, Artes visuais) traz uma contribuição para a formação da criança, promovendo o desenvolvimento da imaginação e a construção da expressão. A Arte contribui para a criança ser mais criativa, usar mais da imaginação e ser livre em suas expressões. Esse seria um dos levantamentos formativos que o trabalho com Artes contribuição na formação.

Conforme Leite *et al.* (2018), a Arte é um dos elementos que ajuda a desenvolver as potencialidades que o ser humano tem, possibilitando a expansão do pensamento de criatividade artística, sendo também uma consequência, tendo o desenvolvimento na imaginação, na expressão e na comunicação, tornando um modo próprio de dar sentido ao existente e ao inexistente através da criatividade humana. Sendo assim há um desenvolvimento integral. Barbosa (2005) afirma que:

Se pretendermos uma educação não apenas intelectual, mas principalmente humanizadora, a necessidade da Arte é ainda mais crucial para desenvolver a percepção e a imaginação, para captar a realidade circundante e desenvolver a capacidade criadora necessária à modificação desta realidade (p. 5)

Conforme a citação acima, a Arte na escola, especialmente na Educação Infantil tem papel fundamental na construção de um indivíduo crítico, fornecendo-lhe experiências que o ajude a refletir, desenvolver valores, sentimentos, emoções e uma visão questionadora do mundo que o cerca. Percebe-se então que a Arte tem como objetivo a transformação do ser humano nos diversos setores da sociedade, sendo obtida pelo próprio exercício da Arte, portanto a Arte é considerada um auxiliar na educação.

Dentro da Arte o aluno tem espaço para expor suas ideias e até mesmo criar seu próprio conceito. Acredita-se que a Arte é um importante processo dentro do trabalho educativo, pois procura através das tendências individuais encaminhar a formação do gosto, estimular a inteligência, desenvolver a criatividade e contribuir para a formação da personalidade do indivíduo sem ter como preocupação única e mais importante a formação de artistas.

A Arte proporciona ao aluno a oportunidade de interpretar, ao invés de simplesmente olhar as qualidades que aparentemente a obra de Arte apresenta. Dessa maneira, o aluno terá maior facilidade para compreender o real significado da obra não ficando preso a dados insignificantes tentando buscar fatos verdadeiramente

relacionados a seu tempo e lugar. A criatividade é o processo que resulta em um produto novo, que é aceito como útil e/ou satisfatório por um número significativo de pessoas em algum ponto no tempo.

Existem escolas que, incluindo Arte no currículo, pensam que estão resolvendo o problema do desenvolvimento criativo da criança, descarregando sobre a Arte toda a responsabilidade da educação criativa, que deveria ser responsabilidade de todas as disciplinas e de todos os professores.

A importância da Arte para o desenvolvimento da criatividade não consiste somente no papel de eliminar a ansiedade, pode-se dizer que, no geral, a Arte, em relação ao desenvolvimento específico da criatividade, representa um auxiliar complementar, independentemente do método utilizado. Prosseguindo dessa maneira, a Arte será sempre um instrumento auxiliar, exigindo, entretanto um estimulador específico em direção ao processo de evolução da criatividade. Dependendo do método de ensino empregado na sala de aula, a Arte pode ser não apenas um auxiliar, mas o meio específico para o desenvolvimento do processo criativo geral.

O ensino de Arte é de grande importância para a criança, pois ajuda tanto no seu desenvolvimento expressivo quanto no desenvolvimento da sua criatividade, fazendo dela um ser mais sensível e que vê o mundo com outros olhos.

De acordo com o Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil (1998), a aprendizagem com base em atividades artísticas, na Educação Infantil, deve promover oportunidades para que as crianças de 0 a 3 anos ampliem seus conhecimentos na manipulação de diversos objetos e materiais de forma que contribua para a sua expressão e comunicação. Do mesmo modo, na fase de 4 a 6 anos as atividades artísticas devem favorecer a ampliação do conhecimento por meio da oportunidade de contato com obras de Arte, o que certamente proporcionará o interesse por esse tipo de estudo e pela prática artística.

A Arte e seu fazer artístico vai muito além de um simples papel recreativo, ela compreendida como instrumento pedagógico, contribui para o desenvolvimento da criança ampliando sua visão em relação ao mundo. Entretanto, existe a necessidade, do professor dar credibilidade ao poder de criação da criança, haja vista que, ela é um sujeito com capacidades para criar, atribuir sentido, analisar e comparar aquilo que faz parte da sua vivência através da Arte. É vital que a criança tenha suas

individualidades respeitadas e seus trabalhos valorizados. Assim, ela se sentirá segura e estimulada para criar e construir significados que subsidiarão o seu desenvolvimento cognitivo e afetivo.

Ao selecionar os conteúdos, o professor deve dar importância ao conhecimento prévio da criança, instigando e ampliando suas leituras individuais e produções pessoais. A criança tem dentro de si um potencial criador, entretanto, “as potencialidades artísticas infantis, não podem se desenvolver de modo isolado e nem de modo espontaneísta ou desprovido de sua ambiência cultural” (FERRAZ; FUSARI, 2010, p. 171).

Assim, como qualquer outra pessoa, a criança é um sujeito que tem em sua vida um conjunto de acontecimentos, que nascem da interação com outros indivíduos e que a ajudam a perceber-se como sujeito capaz de compreender e manifestar suas ideias e sentimentos. Portanto, trabalhar Arte na Educação Infantil é proporcionar a criança a oportunidade de fazer parte do universo infantil, conduzindo-a ao caminho para que ela possa ser capaz de representar, imaginar e melhorar sua expressão e participação no seu ambiente cultural, dessa forma a criança “pode perceber a diferença entre realidade e ilusão” (SANTOS, 2011, p. 22).

É preciso que se tenha seriedade em relação ao ensino da Arte e que esse ensino seja percebido não somente como uma forma de aprendizado, mas que se faz necessário para que a criança possa se desenvolver com qualidade, uma vez que, na Educação Infantil, não existe necessariamente um conteúdo exclusivo para se desenvolver, então, é essencial que as aulas sejam criativas, explorando sempre o faz de conta e a capacidade criadora, pois esse é o contato inicial da criança e a Arte.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste estudo foi compreender a relação da formação do pedagogo (a) e o ensino de Artes na Educação Infantil. Portanto, ele foi alcançado, pois foi demonstrado que a formação do professor no ensino de Artes é de fundamental importância para oferecer às crianças da Educação infantil um processo de ensino e aprendizagem eficaz e de qualidade.

Foi mostrada a história do ensino de Artes no Brasil, a qual acompanha nossa história desde o tempo da pré-história onde o homem das cavernas se expressava através das pinturas rupestres achadas nas paredes das cavernas. Teve-se como destaque o ensino das Artes no período do renascimento, influenciado pela igreja católica, favorecendo as atividades artísticas voltadas à religião, bem como a música erudita e popular, o artesanato e o desenho como linguagem técnica ou científica. Os jesuítas tiveram grande contribuição para o ensino de Artes, introduzindo o Barroco no Brasil. Sua finalidade era de catequizar os índios.

Portanto, pelo fato de não existir escolas de Arte no Brasil, sua aprendizagem era voltada aos cunhos religiosos e aos artesãos. Um novo cenário artístico-cultural nasceu com a chegada da família real no Brasil, ocorrendo assim a modernização dela. As Artes plásticas receberam um formato neoclássico sendo designado a elite brasileira.

Já no século XIX, o ensino das Artes no Brasil acabou sendo visto como a probabilidade de preparar os cidadãos para a indústria, momento no qual as pessoas fazem uso de Artes manuais para expor e também vender. Uma escola, denominada “Escola Nova” foi criada para o ensino das Artes, sendo introduzida no Brasil no ano de 1920. Além disso, teve como destaque a Semana da Arte Moderna, no ano de 1922. Após isso, em 1940, surge no país o Movimento das Escolinhas de Arte. Consequentemente, foi introduzida, no ano de 1950, a Escola de Arte Dramática (EAD) no estado de São Paulo. Enfim, o ensino de Artes no Brasil passou a ser obrigatório nas escolas na década de 1970 através da LDB n. 5692/1971 e, em seguida, pela Lei n. 9.394/1996.

Já no segundo capítulo foi discutida a formação do professor com o ensino de Arte, mostrando que as políticas de formação de professores passaram a ser mais efetivamente estruturadas no Brasil a partir da década de 1930. Portanto, na época, o

responsável por fornecer materiais didáticos pedagógicos aos alunos era do professor, o qual preparava ele mesmo as aulas e repassava os conteúdos. A formação do professor passou a ser necessária através das Lei LDB n. 9394/1996.

O último capítulo delineou formação do pedagogo (a) e o ensino de Artes na Educação Infantil. O ensino de Arte apresenta grande contribuição na formação dos alunos da educação infantil e está estreitamente relacionado à formação dos professores, aos planejamentos, às metodologias, às escolhas dos materiais didáticos, às avaliações e com à relação dos alunos com a escola para com essa área do conhecimento. Desse modo, para que o professor possa oferecer aos alunos um ensino de qualidade, ele deve ser capacitado, ou seja, investir em sua formação desde quando termina o curso de Pedagogia.

Afirma-se que ensinar Arte vai além de possibilitar a aproximação da criança com a linguagem cultural expressa no meio social, atinge a possibilidade de contribuir para que essa criança amplie sua compreensão do mundo em que está inserida, de sua própria história enquanto ser humano, bem como de se reconhecer autora de suas produções e ações neste mundo.

REFERÊNCIAS

ALVARENGA, Valéria Metroski.; SILVA, Maria Cristina da Rosa Fonseca. Formação Docente em Arte: percurso e expectativas a partir da lei 13.278/16. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 43, n. 3, p. 1009-1030, 2018.

BARBOSA, Ana Mae. **Inquietações e mudanças no ensino da arte**. São Paulo: Cortez, 2002.

BARBOSA, Ana Mae. **Memória e História**. São Paulo: Perspectiva, 2008.

BARBOSA, Ana Mae. **A imagem no ensino da arte: anos oitenta e novos tempos**. São Paulo: Perspectiva, 2014.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: arte / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC / SEF, 1998.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1998.

BRASIL. **Lei n. 4.024, de 20 de dezembro de 1961**. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 1961.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Formação Pessoal e Social. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1 v, 1998.

BRASIL. **Lei n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 1996.

CARVALHO, Carla; VIEIRA, Francisco Ponciano. **Arte brasileira**. Indaial: Uniasselvi, 2012.

COELHO, Yeska. **Semana de Arte Moderna de 22 completa 100 anos, mas o que foi o evento?** 2022. Disponível em: <<https://casacor.abril.com.br/arte/semana-de-arte-moderna-de-22-o-que-foi-o-evento/>> . Acesso em 04 de mar. 2022.

DAMIS, Olga T. **Formação pedagógica do profissional da educação no Brasil: uma perspectiva de análise**. In.: Formação de Professores: Políticas e Debates. Ilma Passos Alencastro Veiga, Ana Lúcia Amaral (orgs.). Campinas: Papirus, 2012.

FERRAZ, Heloisa; FUSARI, Maria F. De Resende. **Arte na educação escolar**. São Paulo: Cortez, 2013.

FERRAZ, M. H. C. de T., FUSARI, M. F. de R. **Metodologia do ensino da arte: Fundamentos e Proposições**. São Paulo: Cortez, 2010.

FONSÊCA, Fábio do Nascimento. Parâmetros Curriculares Nacionais: possibilidades, limites e implicações. In: PENNA, Maura (coord.). **É esse o ensino de Arte que**

queremos? Uma análise das propostas dos Parâmetros Curriculares Nacionais. João Pessoa: Editora Universitária, 20a1.

FREITAS, Neli Klix.; OLIVEIRA, Sandra Regina Ramalho. **Proposições interativas:** arte, pesquisa e ensino. Florianópolis: UNDESC, 2010.

FREITAS, H.C.L. Formação de Professores no Brasil: 10 anos de embate entre projetos de formação. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 23, p. 136-167, 2017.

KUROSKI, Cristina. **Estrutura e Funcionamento do ensino:** caderno de estudos. Indaial: UNIASSELVI, 2011.

LEITE, Edna Xenofonte et al. A formação do pedagogo para ensino de artes na educação infantil. In: **Congresso Nacional de Educação**, v. 5, 2018, Olinda. Anais [...]. Olinda: CONEDU, 2018, p.10- 30.

MAGALHÃES, Clarice Rego. **A Escola de Belas Artes de Pelotas:** da Fundação à Federalização (1949/1972)- uma contribuição para a História da Educação em Pelotas. Pelotas: PPGE/UFPel. Dissertação de Mestrado, 2008.

MARTINS, Mirian Celeste; PICOSQUE, Gisa; GUERRA, Maria Terezinha Telles. **Didática do Ensino de Arte - A língua do mundo.** Poetizar fruir e conhecer arte. São Paulo: FTD, 2008.

OSINSKI, Dulce Regina Baggio. **Arte, história e ensino:** uma trajetória. São Paulo: CORTEZ, 2011.

RODRIGUES, Carolina Rodrigues. **O Ensino de Arte no Brasil e sua inserção na escola.** 2010. Disponível em: < <http://ninaatellie.blogspot.com/2010/04/o-ensino-de-arte-no-brasil-e-sua.html>>. Acesso em: 20. Mar. 2022.

ROSA, Maria Cristina da. **A Formação de Professores em Arte:** diversidade e complexidade pedagógica. Florianópolis: Insular, 2015.

SANTOS, S. M. P. **Educação, arte e jogo.** Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

SAVIANI, Dermeval. **História da Escola Pública no Brasil:** questões para pesquisa. In.: A Escola Pública no Brasil: história e historiografia. José Claudinei Lombardi, Dermeval Saviani, Maria Isabel Moura Nascimento (orgs.) Campinas: Autores Associados: HISTEBR, 2005.

SAVIANI, Dermeval. **História das Ideias Pedagógicas no Brasil.** 2ª ed. rev. E ampl. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

SAVIANI, Dermeval. Formação de Professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. In.: **Revista Brasileira de Educação**, v.14, n.40, jan./abr. 2009. p.143-155.

SCHEIBE, L. **Currículo e Formação de Docentes para Educação Básica: as atuais determinações legais.** (Anais do IV Colóquio Luso-Brasileiro sobre Questões Curriculares.) Florianópolis, 2008.

SCHEIBE, L. **Formação dos Profissionais da Educação Pós LDB:** vissitudes e perspectivas. In.: Formação de Professores: Políticas e Debates. Ilma Passos Alencastro Veiga, Ana Lúcia Amaral (orgs.). Campinas: Papirus, 2012. p. 47-63.

SILVA, R.D. **Saberes da experiência, formação de professores e profissão docente: Implicação e desafios para a prática pedagógica.** In: Ferreira ATB. (Org). Formação continuada de professores: Reflexões sobre a prática. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

SOUZA, Joana Maria Carvalho et al. A história do ensino de artes no Brasil e sua abordagem pedagógica. **Revista Maiêutica**, Indaial, v. 6, n. 01, p. 7-14, 2018.

VIEIRA, Sofia Lerche. **Políticas de Formação em Cenários de Reforma.** In.: Formação de Professores: Políticas e Debates. Ilma Passos Alencastro Veiga, Ana Lúcia Amaral (orgs.). Campinas: Papirus, 2002.